

INTERESSADOS:

SOF - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

d098-2 - DARCIANA COSTA SANTOS FRANÇA registrado(a) civilmente como DARCIANA COSTA SANTOS FRANÇA

PROAD N. 1678/2026

Interessado: Escola Judicial / SOF

Assunto: Contratação do curso “Compensação Previdenciária: Teoria e Prática COMPREV”

I - Vistos etc.,

II - Aprovo o Termo de Referência (doc. 27).

III - Acolho o parecer da Secretaria Jurídica (doc. 35), e após sanada a recomendação aduzida na referida cota opinativa (item 10), **AUTORIZO** a contratação, por inexigibilidade de licitação, com espeque no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei n. 14.133/21, combinado, ainda, com o art. 14 da Portaria TRT/DG/GP n. 191/2023, da empresa **Supercia Capacitação e Marketing Ltda.**, CNPJ: 11.128.083/0001-15, no valor de **R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)**, objetivando a participação dos servidores Nathalia Christina Gonçalves Teixeira Kauffmann e Ricardo Jeferson da Silva no curso “Compensação Previdenciária: Teoria e Prática COMPREV”, a ser realizado nos dias 12 a 14/08/2026, na cidade de Brasília-DF, na modalidade presencial, com carga horária de 20 (vinte) horas, conforme programação constante do doc. 3.

IV - Remeta-se à SOF para emissão da nota de empenho, com observância das cautelas legais.

V - Após, encaminhe-se à Escola Judicial para prosseguimento do feito, observando as cautelas de praxe e as recomendações do parecer jurídico, em especial o seguinte:

- a. dar conhecimento à contratada sobre as condições de fornecimento consignadas no Termo de Referência;
- b. renovar oportunamente a certidão do FGTS (a vencer em 23/06/2026); e
- c. **publicar este ato autorizativo e a nota de empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na aba “Transparência” do Portal do Tribunal**, nos termos do parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, observando o prazo de 10 dias úteis (contratação direta), por se tratar de condição de eficácia do contrato (art. 94, *caput* e inciso II, da Lei n. 14.133/2021), **bem como o Termo de Referência no sítio eletrônico deste Tribunal**, em conformidade com a Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e Decreto n. 7.724/2012 (regulamento da LAI).

Cuiabá-MT, na data da assinatura digital.

Cicera Maria Pereira Zanca

Diretora-Geral Substituta